

Ponencia preparada para el Encuentro Internacional Civilización o Barbarie – Desafíos del Mundo Contemporáneo. Portugal 2004

Alguns tópicos sobre utopia e oportunismo

Francisco Melo

Ao demarcar-se logo em 1843 do que designava por «comunismo realmente existente», dogmático e doutrinário, assinalando que «o mérito da nova orientação» consistia em que «nós não queremos antecipar dogmáticamente o mundo, mas encontrar, a partir da crítica do mundo velho, o mundo novo», Marx acrescentava que a tarefa que se impunha não era «a construção [artificial] do futuro e o aprontar [de planos] para todos os tempos», mas «*a crítica sem contemplações de todo o existente*, sem contemplações no sentido de que a crítica não pode ter medo dos seus resultados, nem do conflito com os poderes estabelecidos». E prosseguia: «Nada nos impede pois de começar a nossa crítica pela crítica da política, pela tomada de partido em política, portanto, pelas lutas reais, de nos identificarmos com elas. Nós não enfrentamos então o mundo, de modo doutrinário, com um princípio novo: eis a verdade, ajoelhai-vos! Nós desenvolvemos para o mundo, a partir dos princípios do mundo, novos princípios.» (1)

«Comunismo crítico» (2) chamará Marx a esta «nova orientação» que radica na análise das contradições materiais de um mundo em devir e apela a agir sobre elas, tomando partido pelo proletariado na sua luta de classe contra a burguesia exploradora. Nele se unem materialismo e dialéctica, teoria e prática, ciência e revolução. Marx tem plena consciência das condições objectivas que permitiram essa união, da sua génese histórica. Num texto de meados de 1847, a *Miséria da Filosofia*, escreve: «Enquanto o proletariado não está ainda suficientemente desenvolvido para se constituir em classe, enquanto, por conseguinte, a própria luta do proletariado com a burguesia não tem ainda um carácter político, e enquanto as forças produtivas não estão ainda suficientemente desenvolvidas no seio da própria burguesia para deixar entrever as condições materiais necessárias à libertação do proletariado e à formação de uma classe nova», enquanto tal sucede, os «teóricos são apenas utopistas que, para obviarem às necessidades das classes oprimidas, improvisam sistemas e correm atrás de uma ciência regeneradora. Mas à medida que a história avança e que com ela a luta do proletariado se desenha mais nitidamente, eles deixam de ter necessidade de procurar a ciência no seu espírito, basta que se dêem conta do que se passa diante dos seus olhos e se façam o seu porta-voz. Enquanto procuram a ciência e apenas fazem sistemas, enquanto estão no início da luta, não vêem na miséria senão a miséria, não vêem nela o lado revolucionário, subversivo, que derrubará a sociedade antiga. A partir desse momento, a ciência, produzida pelo movimento histórico e associando-se a ele com pleno conhecimento de causa, deixou de ser doutrinária, tornou-se revolucionária.» (3)

Vai longa a citação, mas dada a pertinência histórica e clareza do texto dir-se-ia que a questão da utopia estava arrumada. A história mostrou que não e eis que de novo proliferam apelos a novos utopismos, nomeadamente em pretensa substituição do que se considera sonhos desfeitos de construção do socialismo que a URSS e os outros países socialistas do Leste europeu

encarnariam. Tais apelos não provêm evidentemente de neoliberais, para os quais pura e simplesmente não há qualquer alternativa ao capitalismo, mas de fabricantes de terceiras vias, de esperançosos neocomunistas ou de bem pensantes alterglobalizadores (a substituição do anti é significativa da perda de radicalidade do movimento). Não se trata de coisa nova, na verdade, a não ser na actualização argumentativa. Já Marx descarregara a sua «fêrula crítica» sobre tais proposições ideológicas serôdias, caracterizando com toda a nitidez o seu significado político: «O utopismo, que *antes* do tempo do socialismo crítico-materialista continha em si este *in nuce* [em germe], agora que ele vem *post festum* não pode ser mais que coisa tola, insípida e no fundo reaccionária.» (4)

Ao contrário de passados e presentes utopistas, Lénine viu com toda a clareza o passo decisivo que representou na história da humanidade a descoberta de uma concepção cientificamente fundada da história ao salientar que «A humanidade sonha há muitos séculos, inclusive muitos milénios, em destruir “de vez” toda a exploração. Mas esses sonhos continuaram a ser sonhos até que milhões de explorados começaram a unir-se em todo o mundo a fim de travar uma luta consequente, firme e multiforme para transformar a sociedade capitalista na direcção do próprio desenvolvimento desta sociedade. Os sonhos socialistas transformaram-se numa luta socialista de milhões de seres unicamente quando o socialismo científico de Marx ligou as aspirações transformadoras à luta de uma classe determinada. Fora da luta de classes, o socialismo é uma frase vazia ou um sonho ingénuo.» (5)

Fariam bem em meditar nestas palavras aqueles congeminadores intelectuais de fachada de esquerda que apenas vêm as manifestações miseráveis do capitalismo, limitando-se à sua denúncia teórica, a um «radicalismo passivo» ou a avançar com alternativas que não passam de paliativos dentro do próprio sistema, incapazes de descortinar no pólo da miséria das massas exploradas o pólo oposto, revolucionário, porque abandonaram o marxismo ou «não compreenderam de modo nenhum aquilo que é decisivo» nele, «a sua dialéctica revolucionária» (6), como assinalava Lénine, acentuando que «a dialéctica exige que um fenómeno social seja estudado sob todos os seus aspectos, através do seu desenvolvimento, e que a aparência, o aspecto exterior seja reconduzido às forças motrizes essenciais, ao desenvolvimento das forças produtivas e à luta das classes» (7).

Na verdade, a unidade do aparente, do fenómeno (o que se nos manifesta) e da essência (a estrutura que o determina na unidade do seu devir) não é imediata. Como Marx advertira já num relatório lido perante o Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores, em 1865, «A verdade científica é sempre paradoxal, se julgada pela experiência de todos os dias, que apenas apanha a aparência enganadora das coisas.» (8) Por isso, ficar-se pelas «aparências» se traduz necessariamente em passividade face à exploração capitalista, se traduz na sua aceitação. Por isso, para não se ficar pelas «aparências» é preciso ultrapassar uma consideração estática das coisas, é preciso um método dialéctico de conhecimento que apreenda a conexão real dos processos e das coisas no seu devir contraditório, suscitando e orientando a intervenção socialmente transformadora das massas trabalhadoras. Desta dialéctica materialista dirá Marx, no posfácio à 2.^a edição alemã de *O Capital*, ser ela «um escândalo e uma abominação para a burguesia e para os seus porta-vozes doutrinários, porque, na compreensão positiva do existente, ela encerra também ao mesmo tempo a compreensão da sua negação, da sua decadência necessária; porque ela apreende cada forma

devinda no fluir do seu movimento, portanto, também pelo seu lado transitório; porque não deixa que nada se lhe imponha; porque, pela sua essência, é crítica e revolucionária»⁽⁹⁾.

Ao elaborarem uma teoria fundamentada na dialéctica material do movimento histórico e com ele interagindo — revelando a contradição inerente ao modo de produção capitalista entre o carácter social da produção e a apropriação privada da riqueza criada; revelando o segredo da exploração capitalista: a apropriação de trabalho não pago, a mais-valia; revelando que a conquista do poder político pela classe operária e a abolição das classes decorriam das próprias características das classes e da sua luta no capitalismo; etc. —, ao elaborarem uma teoria assim, Marx e Engels tornar-se-iam necessariamente alvo dos ataques de pretensos renovadores que ocultam mal o seu oportunismo político, a sua abdicação da luta política de classe proletária, ao ornamentá-lo com vazias preleções sobre as pretensas virtudes de movimentos sociais informais, desviando — isso sim! — de perspectivas realmente revolucionárias sonhos ingénuos que espontaneamente brotam da experiência da exploração, da desumanidade e da crueldade — da barbárie — de que o capitalismo cada vez mais diariamente dá provas.

Por isso, se há quem pense ser nova e poder trazer algo de novo a actual moda renovadora de considerar irremediavelmente caduca a teoria revolucionária elaborada por Marx e Engels, atente no que escrevia Lénine no dobrar do século XIX: «Até ao presente, as doutrinas de Marx e Engels eram consideradas como o fundamento sólido da teoria revolucionária; agora [repito: nos finais do século XIX], levantam-se vozes por toda a parte para proclamar essas doutrinas insuficientes e caducas.» E perguntava: «que trouxeram pois de novo a esta teoria esses tonitruantes “renovadores” que tanto barulho fazem na hora actual e que se agrupam em torno do socialista alemão Bernstein? *Absolutamente nada*: não fizeram avançar um passo a ciência que Marx e Engels nos recomendaram desenvolver; não ensinaram ao proletariado nenhum novo processo de luta; não fizeram senão recuar recolhendo fragmentos de teorias atrasadas e pregando ao proletariado, não a teoria da luta, mas a das concessões — das concessões aos piores inimigos do proletariado, aos governos e aos partidos burgueses [...]»⁽¹⁰⁾

(Um parêntesis a propósito de Bernstein: não confessava há dias um candidato à liderança do Partido Socialista Português as velharias oportunistas bernsteinianas como sendo a fonte inspiradora do — pasme-se! — «socialismo moderno» que preconiza?)

Quando hoje ouvimos oportunistas de todos os matizes utilizar as derrotas do socialismo na URSS e outros países do Leste europeu na pretensão de deitarem definitivamente pela borda fora o marxismo-leninismo, é bom reflectirmos nas palavras de Marx, a propósito de uma outra derrota do movimento operário, a da Comuna de Paris, pois delas resultam bem nítidas as diferenças entre o estofo de um revolucionário e o de renegados. Diz-nos Marx em *A Guerra Civil em França*: «Ela [a classe operária] não tem utopias prontas a introduzir *par décret du peuple* [por decreto do povo]. Sabe que para realizar a sua própria emancipação — e com ela essa forma superior para a qual tende irresistivelmente a sociedade presente pela sua própria actividade económica — terá de passar por longas lutas, por uma série de processos históricos que transformam circunstâncias e homens. Não tem de realizar ideais mas libertar os elementos da sociedade nova de que está grávida a própria velha sociedade burguesa em colapso. Na plena consciência da sua missão histórica e com a resolução heróica de agir à altura dela, a classe

operária pode permitir-se sorrir à invectiva grosseira dos lacaios de pluma e tinteiro e ao patrocínio didáctico dos doutrinadores burgueses de boas intenções, que derramam as suas trivialidades ignorantes e as suas manias sectárias no tom oracular da infalibilidade científica.» (11)

Na prossecução da missão histórica da classe operária qual o papel dos comunistas, quer no plano prático quer no plano teórico?

Lê-se no *Manifesto*: os comunistas «não têm nenhuns interesses separados dos interesses do proletariado todo», mas são «na prática, o sector mais decidido, sempre impulsionador, dos partidos operários de todos os países; na teoria, eles têm, sobre a restante massa do proletariado, a vantagem da inteligência das condições, do curso e dos resultados gerais do movimento proletário».

Porque assim são, segue-se que «por toda a parte os comunistas apoiam todo o movimento revolucionário contra as situações sociais e políticas existentes» e lutando «para alcançar os fins e interesses imediatos da classe operária», no entanto, os comunistas «no movimento presente representam simultaneamente o futuro do movimento» (12).

O papel de vanguarda conquistado pelos comunistas no movimento operário e o sistema de alianças aqui traçado, sem sectarismos e simultaneamente sem cedências, nunca será abandonado por Marx e Engels, como os próprios ao longo da sua vida o afirmaram, ganhando contudo contornos cada vez mais precisos. Assim, no Congresso da Haia da Associação Internacional de Trabalhadores (Setembro de 1872), Marx e Engels fazem aprovar uma Resolução sobre os Estatutos onde expressam com toda a clareza: «Na sua luta contra o poder colectivo das classes possidentes, o proletariado só pode agir como classe constituindo-se a si próprio em partido político distinto, oposto a todos os antigos partidos formados pelas classes possidentes.

«Esta constituição do proletariado em partido político é indispensável para assegurar o triunfo da Revolução social e do seu objectivo supremo: a abolição das classes.

«A coalizão das forças operárias, já obtida pela luta económica, deve servir também de alavanca nas mãos desta classe na sua luta contra o poder político dos seus exploradores.

«Servindo-se sempre os senhores da terra e do capital dos seus privilégios políticos para defender e perpetuar os seus monopólios económicos e subjugar o trabalho, a conquista do poder político torna-se o grande dever do proletariado.» (13)

Com razão dizia o jovem Lênine, em perfeita coerência com a teoria revolucionária de Marx e Engels, que esta «pôs a claro a verdadeira tarefa de um partido socialista revolucionário, que não é inventar planos de reorganização da sociedade, ou de pregar aos capitalistas e seus lacaios a melhoria da sorte dos operários [...], *mas organizar a luta de classe do proletariado e de dirigir essa luta cujo objectivo final é a conquista do poder político pelo proletariado e a organização da sociedade socialista.*» (14)

Não nos farão progredir um passo propostas proclamando que «o problema já não é, na nossa época, privilegiar o combate contra a exploração do trabalho [...]. Já não é preparar a substituição de uma classe por uma outra, a tomada do poder por um grupo social no lugar de um outro» (15) e nos propõem o que eufemisticamente chamam «uma revolução da idade adulta» (16). Segundo esta, a «sociedade [...] decide acabar com as sujeições nas relações que os indivíduos estabelecem entre eles»; ou o «mundo [...] decide

que há lugar no seu seio, justamente, para “todo o mundo”, para todos os povos e cujo desenvolvimento se torna um co-desenvolvimento» (17); ou ainda a «sociedade», a «civilização» podem «decidir “se revolucionar” sem que alguém possa sonhar em lho impor» (18)!! Pondo de lado a luta contra o capital e a necessidade da conquista do poder político pelas classes exploradas, rejeitando Marx porque «seria um erro reproduzir análises e “receitas” passadas» (19), só restava aos proponentes de tais trapaças político-ideológicas, no caso Robert Hue e comparsas (textualmente são dele as palavras que temos vindo a citar), só lhes restava hipostasiar a «sociedade», o «mundo», a «civilização» como entidades autodecisórias, caindo assim no mais puro idealismo e na utopia pré-marxistas.

Não nos venham acusar de ficar agarrados ao passado, de ficar para trás em relação à vida. O que acontece é que há análises e afirmações do passado cuja validade, permanência e pertinência, é confirmada pelas realidades actuais, que este Encontro não deixará de evidenciar, e são-no porque elas dizem respeito ao que é inerente ao modo de produção capitalista. Atente-se, por exemplo, nas duas que a seguir se transcrevem:

Na *Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores* (1864), Marx constatava: «[...] tornou-se agora uma verdade demonstrável a todo o espírito sem preconceitos e apenas negada por aqueles cujo interesse está em confinar os outros a um paraíso de tolos que nenhum melhoramento da maquinaria, nenhuma aplicação da ciência à produção, nenhuns inventos de comunicação, nenhuma nova colónias, nenhuma emigração, nenhuma abertura de mercados, nenhum comércio livre, nem todas estas coisas juntas, farão desaparecer as misérias das massas industriais; mas que, na presente base falsa, qualquer novo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho terá de tender a aprofundar os contrastes sociais e a agudizar os antagonismos sociais».

Quem pode negar seriamente a actualidade destas palavras? Então não se negue também a necessária conclusão tirada por Marx de que «Conquistar poder político tornou-se [...] o grande dever das classes operárias.» (20)

Por sua vez, em *O Capital* escrevia, referindo-se a transformações como a crescente socialização do trabalho, a «aplicação técnica consciente da ciência», o «entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado mundial», etc.: «Com o número continuamente decrescente de magnatas do capital, que usurpam e monopolizam todas as vantagens deste processo de transformação, cresce a massa da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração [...]»

De novo se pergunta se não é isso mesmo que temos diante dos nossos olhos e se o vaticínio pode ser outro do que o proferido por Marx: «Soa a hora da propriedade privada capitalista.» (21)

(Diga-se entre parêntesis: tal vaticínio, por estranho que a alguns possa parecer, não assusta apenas os detentores dos meios de produção, os capitalistas, mas também afamados «marxianos» como Lucien Sève, obcecado como anda com o espectro da «estatização».)

Inerentes ao modo de ser oportunista são, por outro lado, o eleitoralismo, o abandono da natureza de classe, a diluição e a negação da autonomia do partido da classe operária. Trata-se de concepções que, no essencial, já se faziam sentir no tempo de Marx e Engels, procurando levar o movimento operário e os seus partidos por outros trilhos que não os da

revolução. Duas cartas de Engels são, a este respeito, de grande importância política porque atingem com acutilância, sem tergiversações, os actuais representantes do reformismo e do oportunismo, arautos do fim da era das revoluções.

Em carta a Bebel, destacado dirigente do movimento operário alemão, em Outubro de 1882, Engels considerava inadmissível «deixar cair, à boa maneira oportunista (ou como em tradução socialista se diz: possibilista) o carácter de classe do movimento e o programa, sempre que isso permitisse obter mais votos, mais “partidários”». Os que o fizeram, contra os que consideravam que «a luta deve ser travada *como uma luta de classe* do proletariado contra a burguesia» tornaram, concluía Engels, «a ruptura inevitável» (22).

E a carta, escrita em Dezembro de 1889 a Trier, seu tradutor dinamarquês e lutador contra o oportunismo, não deixa também lugar para dúvidas: «Para que, no dia da decisão, o proletariado seja suficientemente forte para vencer, é preciso — Marx e eu próprio temos defendido esta posição desde 1847 — que ele constitua um partido particular, separado de todos os outros e a eles contraposto, um partido de classe autoconsciente.

«Mas isso não quer dizer [...] que ele não possa [...] apoiar outros partidos em medidas que ou são imediatamente vantajosas para o proletariado ou são o progresso no sentido do desenvolvimento económico ou da liberdade política». Essa postura política, tem, porém, um pressuposto, acentua Engels, «o de que o carácter proletário de classe do partido não seja por isso posto em questão. Para mim essa é a fronteira absoluta» (23). Para nós também!

Dentro da economia deste Encontro gostaria ainda de mencionar uma das linhas do ataque a Lénine, ataque em que proliferam velhas e novas falsificações e calúnias. Refiro-me à acusação que lhe é feita de ter absolutizado as formas violentas da revolução, em contraste com Marx e Engels que sempre teriam evidenciado as formas pacíficas de passagem ao socialismo e o último mesmo a possibilidade da realização dos objectivos socialistas através da simples obtenção da maioria no parlamento burguês, apesar da sua chamada de atenção, em 1891, para a necessidade da «destruição do poder de Estado até aqui existente e a sua substituição por um novo, na verdade democrático» (24), para não falar já da afirmação sem subterfúgios, poucos meses antes da sua morte em 1895, de que a social-democracia nada ganharia em pregar «a absoluta renúncia à pancadaria. Ninguém acreditará nisso e *nenhum* partido de nenhum país irá ao ponto de renunciar ao direito de resistir à ilegalidade de armas na mão» (25).

Mas regressemos então a Lénine para indagarmos, em breve apontamento, quem na revolução russa procurou um desenvolvimento pacífico da revolução e quem é culpado das formas violentas que veio a tomar.

Escrevendo entre 22 e 26 de Julho (4 e 8 de Agosto) de 1917, Lénine afirmava que «em 4 de Julho, a transição pacífica do poder para os Sovietes era *ainda* possível, o desenvolvimento pacífico da revolução russa era *ainda* possível». Porém, com a passagem do «poder militar e também, por consequência, o poder político» «para as mãos da contra-revolução representada pelos cadetes e sustentada pelos socialistas-revolucionários e os mencheviques [...] o desenvolvimento pacífico da revolução já não é mais possível na Rússia, e a história coloca a questão nestes termos: ou a vitória completa da contra-revolução ou uma nova revolução.» (26) Apesar disso, ainda em 14 (1) de Setembro de 1917, Lénine volta a colocar a possibilidade

de uma revolução pacífica, mediante um *compromisso* por parte dos bolcheviques: a renúncia «à apresentação imediata da reivindicação da passagem do poder para o proletariado e para os camponeses pobres a aos métodos revolucionários de luta por esta reivindicação», isto é, propunha «o regresso à reivindicação de antes de Julho: todo o poder aos soviets, governo de socialistas-revolucionários e mencheviques, responsável perante os soviets». E acrescenta Lenine: «um tal governo poderia criar-se e consolidar-se de modo inteiramente pacífico. Poderia garantir com uma probabilidade gigantesca um movimento pacífico *para a frente* de toda a revolução russa e possibilidades extremamente grandes de grandes passos em frente do movimento mundial para a paz e a vitória do socialismo. Só em nome desse desenvolvimento pacífico da revolução [...] os bolcheviques, partidários da revolução mundial, partidários dos métodos revolucionários, podem e devem em minha opinião aceitar tal compromisso. [...] Talvez isso seja *já* impossível? Talvez. Mas se existe uma só possibilidade em cem, valeria a pena a experiência da realização de tal possibilidade.» (27)

Tal possibilidade gorou-se. Quais os culpados? Lénine apontou-os com toda a verdade e autoridade perante o VIII Congresso do PCR(b) em Março de 1919: «Senhores capitalistas, sois os culpados disso. Se não tivésseis oferecido uma resistência tão feroz, tão insensata, insolente e desesperada, se não vos tivésseis aliado à burguesia de todo o mundo, a revolução teria assumido formas mais pacíficas.» (28)

Na verdade, a violência provém sempre das classes exploradoras quando sentem a sua dominação ameaçada. A história das revoluções, e não só da de Outubro de 1917, prova-o irrefutavelmente. Nenhum revolucionário o pode esquecer e tem de estar preparado para isso, mesmo quando procura até à última possibilidade um desenrolar pacífico da revolução. Como fez Lénine.

Um último traço do oportunismo dos nossos dias será analisado, para terminarmos, partindo do texto de Engels *Para a Crítica do Projecto de Programa Social-Democrata de 1891*. Nele considerava-se, como é sabido, a república democrática como a única forma que permite à classe operária chegar à dominação política, afirmando que aquela «é mesmo a forma específica da ditadura do proletariado» (29). Tal afirmação tinha subjacente o combate a duas concepções erróneas acerca da revolução proletária.

Por um lado, combatia a concepção mecanicista da possibilidade do estabelecimento imediato da dominação da classe operária, que já em carta a Bernstein, de Agosto de 1883, combatiera dizendo que a revolução não era «uma coisa que se fizesse de um dia para o outro», mas «um processo de desenvolvimento das massas que durava vários anos, e que se dava quando havia circunstâncias aceleradoras». Nesta perspectiva, considerava-se conseqüentemente que a república burguesa «serve-nos em primeiro lugar *para conquistarmos as amplas massas dos trabalhadores para o socialismo revolucionário*» (30).

Por outro lado, Engels atacava a ideia de que uma república burguesa democrática permitia logo a passagem para o socialismo. Em carta a Lafargue, de Março de 1894, criticou esta concepção oportunista evidenciando a diferença entre a forma e o conteúdo da república: «Mas a república, como qualquer outra forma de governo, é determinada pelo seu conteúdo; enquanto ela for a forma de dominação da *burguesia*, ela é-nos tão hostil quanto qualquer monarquia (independentemente da *forma* dessa hostilidade). Portanto, enquanto ela for dominada pela burguesia, é uma ilusão totalmente

infundada considerá-la, de acordo com a sua natureza, uma forma socialista ou confiar-lhe tarefas socialistas. Poderemos arrancar-lhe concessões, mas nunca confiar-lhe a execução do nosso próprio trabalho.»⁽³¹⁾

Contudo, ainda hoje há quem considere que se pode fazer com que o socialismo como que extravase da república burguesa, que se pode atingir o comunismo «começando pelos fins», pressupondo com isso que os elementos do comunismo já estão dados na sociedade presente e que o comunismo dela brotará sem necessidade de ruptura revolucionária, de conquista do poder pelas classes dominadas e de destruição do aparelho estatal de dominação da burguesia, de apropriação social dos meios de produção pondo fim à sua propriedade privada. Pretende-se assim ignorar que por mais democrática que seja, a república burguesa é sempre uma ditadura, pois que, como lembra Álvaro Cunhal, a ditadura «não significa *uma forma* particular de dominação de uma ou várias classes por outra ou outras classes, mas o *próprio facto* dessa dominação»⁽³²⁾. Que as formas de dominação da burguesia não são indiferentes para a classe operária e os trabalhadores bem o sabemos. Mas isso nunca pode significar, em circunstância alguma «abandonar do futuro do movimento por causa do presente do movimento», forma admirável com que Engels sintetizou a essência do oportunismo. E não se esqueceu de alertar que esse abandono «pode ser feito “honradamente”, mas é e permanece oportunismo e o oportunismo “honrado” é talvez o mais perigoso de todos.»⁽³³⁾

Ao tomarmos nas mãos «a execução do nosso próprio trabalho» para a construção de um mundo verdadeiramente civilizado não esqueçamos as análises, conhecimentos e ensinamentos de Marx, Engels e Lénine ou, mais globalmente, o marxismo-leninismo.

Notas

(1) K. Marx, Carta a A. Ruge, Setembro de 1843, in *Marx-Engels Gesamtausgabe* (MEGA²), vol. III/I, pp. 55 e 56.

(2) K. Marx, *A Crítica Moralizante e a Moral Criticante*, in *Marx-Engels Werke* (doravante MEW), vol. 4, p. 358.

(3) K. Marx, *Miséria da Filosofia*, Edições «Avante!», Lisboa, 1991, pp. 111-112.

(4) K. Marx, Carta de Marx a Sorge, 19 de Outubro de 1877, in MEW, vol. 34, p. 303.

(5) V. I. Lénine, *Socialismo Pequeno-Burguês e Socialismo Proletário*, in *Oeuvres*, Éditions Sociales-Éditions du Progrès, 1966, t. 9, p. 460.

(6) V. I. Lénine, *Sobre a Nossa Revolução. (A Propósito das Memórias de N. Sukhánov)*, in *Obras Escolhidas* em seis tomos, Edições «Avante!» -Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1986, t. 5, p. 366.

(7) V. I. Lénine, *A Bancarrota da II Internacional*, in *Oeuvres*, ed. cit., t. 21, 1960, p. 221.

(8) K. Marx, *Salário, Preço e Lucro*, Edições «Avante!», Lisboa, 1984, p. 47.

(9) K. Marx, «Posfácio à segunda edição alemã de “O Capital”», in *Obras Escolhidas* em três tomos (doravante: OEME), t. 3, 1983, p. 102.

(10) V. I. Lénine, *O Nosso Programa*, in *Oeuvres*, ed. cit., t. 4, 1973, pp. 216-217.

(11) K. Marx, *A Guerra Civil em França*, Edições «Avante!», Lisboa, 1984,

p. 70.

(¹²) K. Marx, *Manifesto do Partido Comunista*, Edições «Avante!», Lisboa, 1997, pp. 49, 49-50, 72 e 71.

(¹³) K. Marx-F. Engels, «Das resoluções do Congresso Geral realizado na Haia», in OEME, t. 2, 1983, p. 317.

(¹⁴) V. I. Lénine, *O Nosso Programa*, in *Oeuvres*, ed. cit., t. 4, 1973, pp. 216-217.

(¹⁵) Robert Hue, *Communisme. Un nouveau projet*, Éditions Stock, 1999, pp. 279-280.

(¹⁶) Id., *Ibid.*, p. 170. As do passado teriam sido infantis ou juvenis?!

(¹⁷) Id., *Ibid.*, pp. 170-171.

(¹⁸) Id., *Ibid.*, p. 169.

(¹⁹) Id., *Ibid.*, p. 51.

(²⁰) K. Marx, *Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores*, in OEME, t. 2, 1983, pp. 9 e 12.

(²¹) K. Marx, *O Capital*, livro primeiro, tomo III, Edições «Avante!», Lisboa, 1977, pp. 861-862.

(²²) F. Engels, Carta a Bebel, 28 de Outubro de 1882, in MEW, vol. 35, p. 382.

(²³) F. Engels, Carta a G. Trier, 18 de Dezembro de 1889, in MEW, vol. 37, pp. 326 e 327.

(²⁴) Ver a sua «Introdução» de 1891 a *A Guerra Civil em França*, de K. Marx, ed. cit., p. 22.

(²⁵) *Questões de História do PCUS*, 1968, n.º 7, p. 4 (em russo). Citado em *Friedrich Engels. Biografia*, Edições «Avante!» -Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1986, p. 563.

(²⁶) V. I. Lénine, «Resposta», in *Oeuvres*, ed. cit., t. 25, pp. 231 e 235.

(²⁷) V. I. Lénine, «Sobre os compromissos», in OE6, 1985, t. 3, pp. 325-326.

(²⁸) V. I. Lenine, OE3, 1979, t. 3, p. 124.

(²⁹) F. Engels, *Para a Crítica do Projecto de Programa Social-Democrata de 1891*, in OEME, 1985, t. 3, p. 485.

(³⁰) F. Engels, Carta a Bernstein, 27 de Agosto de 1883, in MEW, vol. 36, p. 55.

(³¹) F. Engels, Carta a Lafargue, 6 de Março de 1894, in MEW, vol. 39, p. 216.

(³²) Álvaro Cunhal, *A Questão do Estado, Questão Central de Cada Revolução*, Editorial «Avante!», Lisboa, 1977, p. 3.

(³³) F. Engels, *Para a Crítica do Projecto de Programa Social-Democrata de 1891*, in OEME, t. 3, 1985, p. 484.